

Cooperação Técnica e Produção Familiar Sustentável de Hortaliças



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Hortaliças
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ISSN 1415-2312
Dezembro, 2009

Documentos 129

Cooperação Técnica e Produção Familiar Sustentável
de Hortaliças: Análise dos Condicionantes e Determinantes
para a Formulação de uma Política Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional para o Haiti

Edson Guiducci Filho

Nuno Rodrigo Madeira

Embrapa Hortaliças
Brasília, DF
2009

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Hortaliças
BR 060 Rodovia Brasília-Anápolis km 9
Caixa Postal 218, 70351-970,
Brasília-DF
Telefone (61)3385-9115
E-mail: sac@cnph.embrapa.br

Comitê de Publicações da Embrapa Hortaliças
Presidente: Warley Marcos Nascimento
Editor Técnico: Mirtes Freitas Lima
Membros: Jadir Borges Pinheiro
 Milza Moreira Lana
 Miguel Michereff Filho
 Ronessa Bartolomeu de Souza

Normalização Bibliográfica: Rosane Mendes Parmagnani
1a edição
1a impressão (2009): 50 exemplares

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em
parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Hortaliças

Guiducci Filho, Edson

Coperação técnica e produção familiar sustentável de hortaliças:
análise dos condicionantes e determinantes para formulação de uma
política nacional de segurança alimentar e nutricional para o Haiti /
Edson Guiducci Filho e Nuno Rodrigo Madeira. -- Brasília : Embrapa
Hortaliças, 2009.

16 p. ; (Embrapa Hortaliças. Documentos, ISSN 1415-2312; 129)

1. Hortaliça - Produção - Política governamental II. Hortaliça - Produção
- Haiti. I. Título. II. Série

CDD 630.5

@Embrapa 2009

Sumário

1. Introdução	1
1.1 Um breve retrato da realidade haitiana	1
1.2 O enfrentamento da insegurança alimentar no Haiti	3
1.3 Cooperação técnica tripartite: produção familiar sustentável de hortaliças no Haiti	4
2. Metodologia	5
2.1 Missão de prospecção	6
2.2 Missão para a implementação das Unidades de Observação	7
3. Avaliação dos Resultados	10
4. Referências bibliográficas	16

1. Introdução

Decorrida mais de uma década desde a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, apresentada ao final da Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA), em 1996, e oito anos desde a Cúpula do Milênio, quando foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar permanecem temas prioritários na agenda política internacional.

O debate global voltado à elaboração de políticas alimentares tem destacado o fato de que a insegurança alimentar é um problema complexo, determinado pela interação de fatores políticos, geográficos, demográficos, edafoclimáticos, socioeconômicos, culturais e biológicos. A constatação deste caráter multidimensional tem exigido a construção de novas alternativas e possibilidades de organização da produção, distribuição/acesso e consumo/utilização dos alimentos.

Muito embora tenham sido observados avanços importantes no âmbito político e no tratamento prático associados à superação da insegurança alimentar e nutricional, o pleno exercício do direito humano a uma alimentação suficiente e adequada configura, ainda hoje, um enorme desafio para parcela significativa da população mundial.

Com efeito, apesar do esforço dos governos e das agências internacionais em atingir a meta de reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome, estabelecida durante a Cúpula do Milênio, o problema alimentar global ainda persiste (ONU, 2000). Dados da FAO (2005) indicam que, aproximadamente, 800 milhões de pessoas no mundo vivenciam a fome. A maioria reside nas regiões mais pobres do planeta, em especial na África e em alguns países da Ásia e da América Latina e Caribe.

Neste cenário, o Haiti tem se destacado, representando um caso em que a combinação das múltiplas dimensões afetas à problemática alimentar produziu uma situação de gravidade extrema, como será apresentado a seguir.

1.1 Um breve retrato da realidade haitiana

A população haitiana tem convivido, historicamente, com uma situação de instabilidade política, social e econômica, cujo resultado tem se manifestado na degradação continuada de sua qualidade de vida. A última turbulência política com repercussões sociais graves ocorreu em 2004, com a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide, sendo necessário o envio da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti – MINUSTAH, presente no País ainda hoje.

Segundo a ONU (2006), o Haiti é o país mais pobre das Américas, ocupando a posição 153^o entre 177 países no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A análise mais detalhada do IDH revela que 80% dos 8,4 milhões de haitianos vivem abaixo da linha de pobreza, 47% da população é analfabeta, 80% da população economicamente ativa está desempregada e a expectativa média de vida atinge meros 52 anos, quando a média da América Latina é de 69 anos (ONU, 2006).

A expansão populacional é, também, importante variável na dinâmica de degradação da qualidade de vida dos haitianos. Segundo a USAID (2007), a taxa de crescimento populacional é de 2,5% ao ano, projetando uma população de 10 milhões de habitantes em 2010, mantida a

taxa atual. Este fato sinaliza para uma pressão cada vez maior sobre recursos naturais extremamente limitados.

Outro fenômeno demográfico importante refere-se ao processo de urbanização acelerado observado no País. Com efeito, entre 1982 e 2003 a população urbana passou de 25% para 40%. O processo de urbanização haitiano apresenta os mesmos traços característicos da urbanização latino-americana, salientados por Castells (1983, p. 99), ainda no início da década de 1970:

" (...) ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo."

A intensificação dos desequilíbrios estruturais e socioeconômicos nos núcleos urbanos tem criado o ambiente ideal para a organização de grupos armados e a proliferação de ações violentas. Como a reestruturação da força policial haitiana não está consolidada, o controle social tem sido exercido, em grande medida, pela MINUSTAH.

Um dos aspectos mais contundentes da condição de precariedade social do Haiti diz respeito ao comprometimento da segurança alimentar e nutricional de seus habitantes, seja pela impossibilidade de acesso aos alimentos, seja pela má qualidade dos alimentos e da alimentação ou, ainda, por condições de vida e saúde que impedem o aproveitamento adequado do alimento disponível. Segundo a FAO (2004) a situação de insegurança alimentar no Haiti é muito grave, com 47% da população total desnutrida, enquanto outros informes indicam que 49% das crianças menores de cinco anos apresentam quadros de desnutrição aguda.

Para Chonchol (2005, p. 35) "até o início dos anos de 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e secundariamente por conflitos políticos. Nos anos de 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência. Por outro lado, comprova-se que os conflitos que se eternizam podem agravar as condições de produção e abastecimento de numerosas populações. É o caso, por exemplo, no Afeganistão, na Etiópia, no Haiti e no Sudão".

Dados da Coordenação Nacional de Segurança Alimentar do Haiti - CNSA (ALDRIN, 2005), referentes à disponibilidade alimentar nacional para o ano de 2004, confirmam as indicações do autor supracitado, de tal forma que: 5,64% dos alimentos disponíveis eram fruto de doações internacionais, 40,93% eram produzidos internamente e 53,43% eram importados. Esta estrutura revela, de forma objetiva, a conseqüente fragilidade do sistema produtivo e, por suposto, do sistema alimentar haitiano.

Outro problema enfrentado pela maioria dos haitianos refere-se à dificuldade de acesso à água potável. A infra-estrutura deficiente e a má gestão dos recursos hídricos do país impossibilitam a captação, o tratamento, a disponibilização e a garantia da qualidade físico-química e microbiológica da água. Neste sentido, a contaminação e a recontaminação da população é muito frequente, seja pela ingestão direta de água imprópria para o consumo, seja pela ingestão de alimentos contaminados pela água.

Como agravante aos problemas relatados anteriormente - devido a sua localização geográfica - o Haiti é extremamente vulnerável a desastres naturais como tempestades tropicais e furacões, cujo impacto no País é potencializado em função da pequena cobertura florestal existente.

Os elementos apresentados até este ponto, quando combinados, produzem o retrato de um Haiti sem cores alegres, vivas, diferentemente do que é característico do povo haitiano. O País se enquadra perfeitamente em uma síntese sugerida por Beck (1998, p. 232) no delineamento dos problemas globais no contexto da modernidade: “fome, desnutrição, explosão popular e pobreza móvel”.

1.2 O enfrentamento da insegurança alimentar no Haiti

Alguns aspectos estruturais e conjunturais tem influenciado de forma decisiva a elaboração de estratégias e a implementação de programas para o enfrentamento da situação alimentar do Haiti. Em primeiro lugar, destaca-se a limitada capacidade financeira, em recursos humanos e logística operacional do Estado haitiano, em promover a reestruturação do sistema alimentar do País. Esta realidade, no entanto, não deve ser interpretada isoladamente, nem entendida de forma simplista como ausência de iniciativas. De fato, em 1996 foi constituída no âmbito do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR), a Coordenação Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), cuja missão era:

- Apoiar o Estado na definição de um quadro favorável ao fortalecimento da segurança alimentar e sua aplicação;
- Ajudar na harmonização e integração das políticas setoriais de segurança alimentar e na coordenação das intervenções existentes no país;
- Realizar um acompanhamento regular da situação de segurança alimentar através de uma análise de indicadores pertinentes.

Na percepção do Governo, era necessário criar um espaço institucional de coordenação intersetorial para a elaboração de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), finalizado ainda em 1996. Em essência, a elaboração deste documento serviu de preparação para as discussões promovidas durante a CMA. Este esforço governamental deve ser enaltecido. No entanto, passados mais de dez anos desde sua implementação, o referido plano mostrou-se pouco eficiente, tendo em conta a complexa problemática alimentar observada, ainda hoje, no País.

Em função das dificuldades do Estado em melhorar os indicadores socioeconômicos, o Haiti tem recebido considerável assistência estrangeira, sob três formas principais: a doação direta de alimentos, a doação de recursos financeiros e através de projetos de cooperação internacional em diferentes áreas.

Segundo a CNSA (2002), em 2000 havia 200 organizações não-governamentais, oficialmente registradas no Ministério de Planejamento, atuando em projetos e ações voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional. Somadas a estas iniciativas, cabe destacar, também, o grande número de projetos de cooperação intergovernamentais.

É justamente no âmbito das iniciativas de cooperação entre governos que está inserido o projeto tratado neste trabalho.

1.3 Cooperação técnica tripartite: produção familiar sustentável de hortaliças no Haiti

Iniciado como experiência piloto pelo governo argentino no Haiti em maio de 2005, o Projeto “Autoproducción de Alimentos Frescos – Pro-Huerta”, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária – Inta, concentrou a implantação de Unidades de Observação, familiares e escolares, em áreas urbanas, periurbanas e comunidades rurais na região de Gonaïves. A partir da avaliação dos resultados, foi estabelecido que o projeto seria replicado em outras localidades do Haiti, ao longo de 2006.

Segundo informações do Inta, até agosto de 2006 haviam sido implantadas cinco hortas demonstrativas e 748 hortas familiares na região de Gonaïves e quatro hortas demonstrativas e 616 familiares na região do Plain du Cul de Sac.

No contexto de ampliação do projeto, foi solicitada a participação do Brasil, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, especificamente em duas áreas: disponibilização de cultivares de hortaliças adaptadas às condições tropicais para validação nas áreas de atuação do Pro-Huerta e construção de pequenas cisternas para captação e armazenamento de água.

A partir desta primeira aproximação, foi realizada uma missão de prospecção para conhecer *in loco* a experiência argentina e construir, em conjunto com instituições haitianas, com a equipe técnica do Inta e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – , uma proposta de projeto de cooperação técnica tripartite entre Brasil, Argentina e Haiti. Deve-se salientar que, do lado brasileiro, a cooperação técnica internacional visa à capacitação de recursos humanos e ao fortalecimento de instituições (ABC, 2005).

A cooperação tripartite, mais especificamente, está enquadrada no âmbito da cooperação horizontal ou Sul-Sul brasileira, e se faz pela transferência de conhecimentos técnicos e experiência do Brasil, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos (BRASIL, 2007).

Tendo como diretriz o marco referencial apresentado acima, ao final das discussões entre as instituições dos três países ficou estabelecido que o objetivo geral da cooperação seria o de construir cisternas familiares e validar socialmente cultivares de hortaliças em diferentes unidades geoambientais do Haiti, com vistas a melhorar a segurança alimentar/nutricional e garantir o acesso de haitianos em situação de pobreza à água potável.

Neste sentido, deve ser destacado que a utilização de espaços urbanos e periurbanos para a produção de alimentos representa uma inovação no contexto da promoção da segurança alimentar no Haiti. Constitui-se fato que na América Latina e Caribe as práticas de agricultura urbana estão se consolidando como políticas públicas em alguns países, sobretudo nas últimas duas décadas (IDRC, 2004).

Diversos estudos têm demonstrado os benefícios que a agricultura urbana e periurbana proporciona às populações mediante a construção de alternativas organizacionais, alimentares, econômicas e a melhoria do meio ambiente urbano (MOUGEOUT, 2005).

A produção de hortaliças insere-se neste processo como prática prioritária, pois são espécies com alto rendimento, fornecendo até 20 kg/m² de vegetais frescos por ano, dependendo da

tecnologia aplicada. Também possuem ciclo de produção curto – várias espécies podem ser colhidas em até 60 dias após o plantio - atendendo rapidamente às necessidades emergenciais de alimentos das famílias. Além destas características, as hortaliças são classificadas como alimentos funcionais (nutracêuticos), com elevado poder nutritivo

O sistema produtivo proposto é baseado no cultivo sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos, e na reciclagem de resíduos para a produção de composto orgânico. Esta abordagem fitotécnica está fundamentada na dificuldade financeira para aquisição de insumos, nas especificidades da produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, e principalmente na dimensão conceitual da sustentabilidade.

Projetos desta natureza configuram-se como uma importante ferramenta de inclusão social por promover a participação comunitária e o fortalecimento da cidadania na busca de melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar os principais condicionantes e determinantes institucionais e sociais afetos à ampliação de programas de segurança alimentar e nutricional no Haiti. As análises são embasadas no processo de construção, execução e avaliação do projeto de cooperação técnica entre Brasil, Argentina e Haiti, voltado para a produção familiar sustentável de hortaliças para autoconsumo.

2. Metodologia

No âmbito do projeto “Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti”, foram realizadas três missões ao Haiti. A primeira, realizada em agosto de 2006, teve por objetivo o conhecimento das realidades locais (Figuras 1 e 2) e a prospecção de demandas para a construção de uma proposta de projeto; a segunda, em outubro de 2006, objetivou a implementação das atividades; e a terceira, em abril de 2007, para a finalização e avaliação das atividades.

Este projeto de cooperação técnica foi composto por duas equipes, relativas a dois distintos componentes (hortaliças e cisternas), que atuaram em alguns momentos de forma conjunta, de modo a potencializar os resultados, mas que desenvolveram atividades diferenciadas, sendo focado neste trabalho, o componente hortaliças. É importante ressaltar que as cisternas de pequeno porte, propostas no projeto, restringem-se ao consumo humano, sendo irracional seu uso na irrigação de hortaliças, em vista do elevado consumo de água (até 5 L de água diariamente por m²) e da condição de baixa disponibilidade de água de qualidade encontrada pela grande maioria dos haitianos.

A avaliação das atividades teve como ferramentas metodológicas:

- Observação *in loco*;
- Resgate e análise de dados secundários;
- Pesquisa-ação.

Thiollen (2002, p. 14) define a pesquisa-ação como sendo:

“um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da

situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo."

Assim, foi possível captar alguns fatores condicionantes e determinantes, que serão abordados como base para o desenvolvimento de ações futuras na área de cooperação técnica, assim como para o planejamento da expansão de experiências exitosas para o nível regional ou nacional.

2.1 Missão de prospecção

Foi realizada uma missão composta por 02 técnicos brasileiros e 02 técnicos argentinos ao Haiti, de 23/07/2006 a 01/08/2006, com o intuito de incrementar a cooperação internacional tripartite (Haiti-Argentina-Brasil) em atividades realizadas no Haiti, de modo a atender duas demandas objetivas apresentadas pelo Governo Argentino na área de transferência de tecnologia: a) construção de cisternas para captação e armazenamento de água para consumo familiar; b) cultivares de hortaliças adaptadas a clima tropical para a produção familiar de hortaliças.



Fig. 1. Comunidade de Balan, Comuna de Ganthier

Neste sentido, a missão teve dois momentos distintos, porém complementares. Um momento de prospecção/diagnóstico, com visitas a comunidades em que atua o Projeto Pro-Huerta (Figura 1), coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologias Agropecuárias (Inta), órgão de pesquisa e desenvolvimento do Governo Argentino. O segundo momento foi de discussão/construção de uma proposta de cooperação técnica, coerente com a realidade haitiana (Figura 2) e tendo como referência as possibilidades de execução dos países envolvidos. Assim, com as informações obtidas, foi elaborada uma proposta de projeto de cooperação tripartite Brasil/Argentina/Haiti que, após ser discutida com diplomatas e técnicos argentinos, foi aprovada em reunião realizada no dia 28/07/2006 na sede do IICA, definindo-se as responsabilidades diplomáticas para as respectivas Chancelarias, referentes ao estabelecimento formal do acordo entre os países para a viabilização do projeto, e as responsabilidades técnicas, relacionadas à finalização do projeto de cooperação técnica.

Foto: Edson Guiducci Filho



Fig. 2. Feira em Pétion Ville, Porto Príncipe

2.2 Missão para a implementação das Unidades de Observação

Realizada entre os dias 02 e 16/10/2006, foram implantadas nesta missão seis Unidades de Observação. Seguiu-se a metodologia utilizada pelo programa Pro-Huerta, com a implantação das Unidades de Observação em locais definidos pelos parceiros e a utilização de insumos locais, especificamente esterco de cavalo, de bovinos e de caprinos. Foram trazidas cultivares de hortaliças de polinização aberta (não híbridas), conforme a Tabela 1, cujas sementes pudessem ser multiplicadas pelos agricultores locais. Certamente, a introdução de sementes de hortaliças no Haiti foi sempre acompanhada dos atestados fitossanitários exigidos para o intercâmbio de material genético, segundo as normas do COSAVE (Comitê Sanitário Vegetal do Cone Sul).

Em reunião realizada no IICA, agência especializada no fortalecimento de programas e no suporte a esforços para promover o desenvolvimento agrícola e o bem estar de populações rurais nas Américas, com a presença dos parceiros argentinos e haitianos, foi ressaltado que a inclusão do Brasil no projeto era fruto de demandas relativas à necessidade de avaliar cultivares de hortaliças adaptadas a condições climáticas tropicais, mais próximas da realidade haitiana. Alguns destes materiais são resultado de anos de investimento em pesquisas realizadas pela Embrapa Hortaliças e instituições parceiras, tendo modificado a dinâmica socioeconômica local em algumas regiões do Brasil.

Na Comuna de Gonaïves (Figura 3), localizada 120 km ao norte da capital Porto Príncipe, a equipe foi muito bem recebida pelos promotores locais, estudantes do Instituto Técnico Agrícola de Gonaïves - ITAG (Figura 4). Sua estrutura é bastante modesta e a área de que dispõe, muito limitada, o que é compensado pela iniciativa das pessoas. Inicialmente, foi feita uma reunião com os promotores locais para apresentar a proposta de trabalho firmada na cooperação tripartite.

Foto: Edson Guiducci Filho



Fig. 3. Rua principal de Gonaïves

Os materiais plantados e os principais pontos referentes a seu cultivo (sistema de plantio, tratamentos culturais, ciclo de produção) foram apresentados. A instalação das Unidades de Observação de forma conjunta, criando um ambiente de interação e amizade, característica dos povos haitiano e brasileiro, contou com a comprometida participação de técnicos haitianos contratados para o acompanhamento das atividades do Projeto Pro-Huertas, denominados promotores, o que permitiu uma forte aproximação entre a missão brasileira e os agentes locais.

Foto: Edson Guiducci Filho



Fig. 4. Unidade de Observação no ITAG, Gonaïves

Outra instituição envolvida no trabalho foi o Centro de Formação e Nutrição de Crianças – CFNE (Figura 5), um orfanato e escola com boas acomodações e uma área considerável para plantio.



Foto: Nuno Rodrigo Madeira

Fig. 5. Unidade de Observação no CFNE, Gonaïves

Foram quatro hortas implantadas, com 17 cultivares brasileiras de hortaliças, na Comuna de Gonaïves, conforme a Tabela 1:

- Na localidade de Canal Bois, em propriedade rural produtora de hortaliças;
- No ITAG, em área urbana de Gonaïves;
- No CFNE, em área periurbana de Poteau, na saída de Gonaïves para Cap-Haitien;
- Na localidade de Marose, em propriedade rural produtora de hortaliças (Figura 6).



Foto: Edson Guiducci Filho

Fig. 6. Unidade de Observação em Marose, Gonaïves

Na Comuna de Ganthier, próxima à capital, foram instaladas duas Unidades de Observação, com o plantio de 17 cultivares de hortaliças, conforme a tabela 1, juntamente com o promotor local em Beaugé e com pessoas da comunidade em Balan (Figuras 7 e 8). Em Ganthier, não foram identificadas instituições participando da condução das atividades, mas sim a ação de promotores de forma individualizada. Foram implantadas duas hortas na Comuna de Ganthier:

- Em Beaugé, em área periurbana, em uma horta domiciliar;
- Em Balan, em área rural, em horta adjacente à residência.

Foto: Edson Guiducci Filho



Fig.7. Unidade de Observação em Balan, Ganthier

Foto: Edson Guiducci Filho



Fig. 8. Unidade de Observação em Balan, Ganthier

Ao longo do processo descrito acima, pertinente à proposta metodológica da pesquisa-ação, foi possível constituir um acervo de informações junto a diversos agentes, direta e indiretamente envolvidos no projeto. Esta base de dados, quando trabalhada de forma associada aos dados secundários, permitiu avançar na discussão sobre os aspectos condicionantes e determinantes afetos à formulação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o Haiti.

3. Avaliação dos Resultados

O processo de elaboração, implementação e avaliação de projetos voltados para a melhoria da segurança alimentar de populações excluídas é, sem dúvida, uma experiência rica. No caso específico da iniciativa retratada neste trabalho, pode-se afirmar que a mesma permanece sendo uma experiência única. Muito além do objetivo geral estabelecido originalmente na construção da proposta de cooperação tripartite, os resultados obtidos evidenciaram o potencial transformador de ações entre governos e, principalmente, do trabalho conjunto de atores sociais de diferentes países.

Nesta perspectiva, serão apresentados e analisados num primeiro momento os resultados das cultivares de hortaliças sementeiras nas Unidades de Observação implantadas nas comunas de Ganthier e de Gonaïves. Posteriormente, serão discutidos os principais condicionantes e determinantes, identificados ao longo de todo o histórico do projeto, para a formulação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o Haiti.

Durante a avaliação das 17 cultivares de hortaliças nas comunas de Ganthier e Gonaïves, foram trabalhadas dimensões agrônomicas e aspectos qualitativos relativos ao hábito alimentar das populações envolvidas, com destaque para a aceitação destes alimentos e sua introdução na dieta local. Este processo, definido como validação social, está sintetizado na Tabela 1.

Na Comuna de Gonaïves, os resultados foram muito positivos, tanto na esfera técnica quanto na dinâmica participativa das atividades. Dos 17 materiais cultivados, 14 apresentaram ótima aceitação pelos produtores, que ressaltaram a boa produção, a qualidade dos produtos colhidos e, ainda, destacaram algumas características diferenciadas em relação aos materiais tradicionalmente cultivados. Esta situação é explicada, em grande medida, devido à adaptação das cultivares às condições edafoclimáticas locais, ao acompanhamento constante dos promotores, ao manejo adequado dos cultivos e à experiência em produção de hortaliças de alguns dos participantes. Com efeito, duas Unidades de Observação tiveram acompanhamento de alunos de uma escola agrotécnica, o ITAG.

Tabela 1. Resultados da validação social de 17 cultivares de hortaliças nas comunas de Ganthier e Gonaïves.

Espécie	Cultivar	Ganthier	Gonaïves
Alface lisa	Vitória de Santo Antão	-	+
Alface Crespa	Grand Rapids	-	+
Repolho	União	+	+
Brócolos	Ramoso de Brasília	-	+
Tomate	Viradoro	-	+
Pimentão	Tico	+	+
Cebola	Alfa-Tropical	-	+
Abóbora	Brasileirinha	+	+
Feijão-vagem	Macarrão	-	-
Cenoura	Brasília	+	+
Beterraba	Maravilha Precoce	-	+
Rúcula	Cultivada	-	+
Espinafre	Nova Zelândia	-	+
Coentro	Verdão	-	+
Batata-doce	Brazlândia Branca	+	-
Batata-doce	Brazlândia Roxa	+	-
Quiabo	Santa Cruz	+	+

Fonte: Elaborado pelos autores, 2007.

Atributo utilizado na avaliação: (+) cultivar aceita; (-) cultivar não aceita.

No Centro de Formação e Nutrição de Crianças (CFNE), orfanato localizado na área periurbana de Gonaïves, o grande destaque da atividade refere-se à utilização da produção obtida na Unidade de Observação na alimentação das crianças. Este fato é de extrema relevância, tendo como referência o elevado índice de desnutrição das crianças no Haiti (FAO, 2004).

Um indicativo do sucesso do projeto em Gonaïves foi a participação efetiva dos promotores do Pro-Huerta em todas as atividades propostas. O fato de que o processo de implantação das Unidades de Observação e sua avaliação tenham sido conduzidos de forma participativa e dialogada propiciou o estreitamento das relações interpessoais. Neste sentido, foi construído um ambiente de aprendizagem mútua.

Cabe ainda destacar que, a implantação das Unidades de Observação em áreas urbanas e periurbanas, evidenciou a influência da precariedade da infra-estrutura básica e da inexistência da prestação de serviços essenciais ao desenvolvimento de ações de segurança alimentar na região. Sem dúvida, a indisponibilidade de água em quantidade e qualidade, a ausência de saneamento básico e de coleta de lixo são problemas que exigem intervenções urgentes.

Os resultados obtidos na comuna de Ganthier, embora não tenham sido tão contundentes quanto os de Gonaïves, foram também muito positivos quando consideradas as condições edafoclimáticas e as ações de acompanhamento das unidades. Neste contexto, das 17 cultivares semeadas, 7 foram muito bem aceitas pelos produtores, conforme Tabela 1 acima.

Como se pôde perceber na foto 1 da seção anterior, Ganthier está localizada em uma região muito seca e com temperaturas elevadas ao longo do ano; condições pouco propícias para o desenvolvimento de hortaliças, exigindo cuidados especiais, sobretudo irrigação. Especificamente na comunidade de Balan, a mais isolada e em situação alimentar mais crítica, não foi possível realizar uma avaliação conclusiva com relação à maioria dos materiais. Tal fato se deve à entrada de animais no cercado que protegia a Unidade de Observação, consumindo as plantas em estágio inicial de crescimento, restando somente o relato do bom desenvolvimento das hortaliças até então.

Como foi comentado anteriormente, a existência de instituições participando de forma compromissada e coletiva na condução das Unidades de Observação, e como ocorreu em Gonaïves, em particular o ITAG, foi fundamental para a potencialização dos resultados atingidos.

Em síntese, o êxito alcançado pelo projeto e a expectativa de continuidade das atividades por parte dos atores sociais envolvidos são indicativos de que a experiência deveria ser estendida a outras comunidades haitianas. A produção familiar sustentável de hortaliças para autoconsumo, tanto em áreas urbanas e periurbanas quanto em áreas rurais, é, de fato, uma resposta interessante à realidade do Haiti, de baixo custo financeiro e elevadíssimo benefício para a sociedade.

No entanto, o movimento de ampliação determinado acima não se manifesta sem que estejam à disposição, concomitantemente, condições econômicas, sociais, ambientais e políticas, condizentes com tal desafio. Esta constatação é verdadeira para um conjunto de outras iniciativas também positivas desenvolvidas no País.

Faz-se necessário, portanto, analisar os principais condicionantes e determinantes, relativos às condições referidas, essenciais à formulação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o Haiti.

Neste sentido, as informações obtidas mediante observações *in loco* e a pesquisa-ação conduzida durante as fases do projeto, combinadas com dados secundários de instituições haitianas e internacionais, constituem a base sob a qual estão referenciadas as análises apresentadas a seguir.

Um primeiro aspecto a ser destacado refere-se à grande capacidade de mobilização das comunidades em ações voltadas para a inclusão social. Tal característica pode, à primeira vista, parecer relacionada aos elevados índices de desemprego e ao extremo desamparo vivenciado pela população. Estas, no entanto, são respostas verdadeiras, porém parciais. Existem elementos evidentes de coesão social pautados historicamente por laços de solidariedade, desde o tempo em que vigorava o regime escravocrata. Como exemplo claro, existe a prática do *combit* ou mutirão para a execução de diferentes tarefas, sejam agrícolas ou urbanas.

Esta característica haitiana ficou evidenciada durante as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de cooperação tripartite. Na apresentação da proposta às comunidades, já se explicitava o seu interesse em contribuir, ainda que os recursos disponíveis fossem limitados. Com o decorrer das atividades ficaram patentes deficiências de formação educacional e técnica, fundamentais para a *práxis* social transformadora.

Com efeito, não tem sido valorizadas as potencialidades humanas presentes no País. São escassos e pontuais os programas e cursos de capacitação direcionados à população mais carente. Esta deficiência constitui um grande obstáculo ao exercício pleno da cidadania, além de contribuir decisivamente para a manutenção do *statu quo*.

Estão sendo implementadas no País inúmeras iniciativas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional. Em 2000 eram cerca de 200 as organizações não-governamentais com projetos em andamento nos departamentos haitianos (CNSA, 2002). Além das ONG's, alguns países tem desempenhado um papel importante através de projetos de cooperação técnica internacional.

Verifica-se, no entanto, a pouca ou, até mesmo, a inexistente sinergia entre as ações desenvolvidas. Em algumas situações existe a sobreposição de iniciativas, inclusive nas mesmas localidades, duplicando esforços, utilizando recursos financeiros de forma pouco eficiente e eficaz e concentrando em determinadas regiões do País a execução dos projetos. Desta forma, o Haiti acabou se transformando em um grande mosaico de projetos pontuais sem a necessária organização e direcionamento para as prioridades nacionais.

Esta situação indica que a missão institucional da CNSA, órgão governamental vinculado ao MARNDR e responsável pela coordenação das iniciativas de segurança alimentar e nutricional, não está sendo efetivamente cumprida, conforme previsto pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), construído em 1996.

Nesta perspectiva, não se pode entender por Política Pública a materialização formal de ações bem intencionadas em um documento de governo. O que se exige, particularmente no caso haitiano, é o esforço concentrado da sociedade, do governo e dos parceiros externos para a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional que ultrapasse a aparência das respostas simplificadoras e que incorpore a essência das múltiplas interações que caracterizam o quadro grave observado no país. Neste contexto, serão abordados alguns aspectos condicionantes para a superação da situação de insegurança alimentar e nutricional e que inviabilizam a formulação e a implementação de Políticas Públicas de forma efetiva.

A recuperação da infra-estrutura básica do país deve ser entendida como prioridade maior, o que exige maciços investimentos financeiros. As estradas haitianas estão em péssimo estado de conservação criando problemas de escoamento da produção agrícola, com elevadas perdas,

principalmente de produtos perecíveis. Como exemplo, uma viagem de 120 km de Porto Príncipe a Gonaïves não dura menos que quatro horas. Essa condição precária inviabiliza, ainda, o transporte regular intermunicipal. Com as condições descritas, são criadas barreiras para estruturar e implementar uma logística eficiente de distribuição de alimentos. Desta forma, o desabastecimento de alguns gêneros alimentícios é freqüente em algumas regiões do país.

Outro problema enfrentado pela maioria dos haitianos refere-se ao abastecimento regular de água. A infra-estrutura deficiente e a má gestão dos recursos hídricos do país impossibilitam a captação e a disponibilização de água para uso múltiplo, especialmente consumo humano e agricultura. Outro grave problema que está associado aos recursos hídricos, refere-se ao intenso desflorestamento observado em praticamente todo o território nacional. Este fato compromete diretamente a capacidade de recarga dos mananciais. Além disso, os processos erosivos decorrentes da escassa cobertura vegetal, levam ao esgotamento da fertilidade natural dos solos, reduzindo o potencial produtivo das culturas.

Os haitianos, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, não tem garantia da qualidade físico-química e microbiológica da água que consome. Neste sentido, a contaminação e a recontaminação da população é muito freqüente, seja pela ingestão direta de água imprópria para o consumo, seja pela ingestão de alimentos contaminados pela água.

Outro grave problema estrutural é a precariedade do saneamento básico, sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico. Também é precário ou, quase inexistente, qualquer sistema de coleta de lixo. Em algumas situações o acúmulo de lixo é feito ao lado de áreas destinadas à manipulação de alimentos, como feiras, verdadeiros símbolos nacionais do Haiti.

A questão energética é um grande entrave ao desenvolvimento. A dinâmica econômica de qualquer país exige uma correspondência entre a geração e distribuição de energia com as necessidades de crescimento dos setores produtivos. A falta de investimento no setor energético tem se refletido na estagnação econômica observada nos últimos anos. A matriz energética do país é extremamente dependente de fontes externas, principalmente petróleo, utilizado na geração de energia elétrica por meio de geradores a óleo diesel.

Em síntese, após pontuar alguns dos problemas relacionados à infra-estrutura básica no Haiti, fica evidente que qualquer esforço de formulação de políticas públicas é condicionado a estes aspectos, o que limita e determina sua capacidade de transformação. Esta lógica é particularmente grave na problemática alimentar pois existe uma relação direta com a manutenção da vida humana.

Em nível macro, a degradação da infra-estrutura básica é resultado de décadas de instabilidade política e, por suposto, da falta de investimentos públicos e privados. Assim, observa-se a fragilidade e a descontinuidade de programas e projetos que, periodicamente, são interrompidos ou simplesmente não implementados, a cada mudança brusca de governo. Em nível micro, este processo se reflete na degeneração da qualidade de vida dos haitianos.

Este ambiente político instável impede que manifestações essenciais ao avanço da emancipação popular se concretizem. Existe, atualmente, o desejo haitiano e mundial de que uma democracia participativa efetivamente floresça e se consolide no país.

Esta instabilidade política continuada abre espaço para a organização de um poder paralelo, criminoso, que exacerba a violência, sobretudo nas áreas marginais dos centros urbanos levando à falta de credibilidade no Estado e nas instituições por parte da população.

Neste cenário de intensificação de fragilidade política, observa-se o enfraquecimento das instituições públicas de planejamento/execução. Foi experienciado pela equipe que existem dois momentos distintos nas relações com as instituições haitianas. Na fase de diálogo e planejamento, ocorre boa interação entre as partes. Entretanto, na fase de execução, existem sérias limitações quanto à capacidade operacional das instituições locais, reflexo da deficiência no aparelhamento físico e na qualificação e gestão de recursos humanos.

O processo de atualização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, atualmente em curso, e a relativa melhora no ambiente político no último ano, é uma oportunidade histórica de diálogo conseqüente entre as diversas partes compromissadas com a melhoria das condições alimentares do país, quais sejam: os órgãos de governo, organizações e agências internacionais e a grande maioria da população haitiana.

Como resultado deste movimento, esta Política Pública se conformaria numa totalidade lógica, numa referência institucional com bases conceituais, diretrizes, metas quantitativas e qualitativas, estratégias de ação e responsabilidades bem definidas.

Sob esta ótica, a institucionalização da segurança alimentar implica no deslindamento da marcha concreta do processo histórico ocorrido no Haiti, que apenas pode ser qualificado pelos resultados para o conjunto das condições socioeconômicas e culturais de existência do povo haitiano.

É justamente neste contexto que as análises e conclusões aqui desenvolvidas estão inseridas, como contribuições para a formulação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional coerentes e exeqüíveis, capazes de enfrentar o grande desafio de superar a triste realidade de insegurança alimentar vivenciada por grande parte da população haitiana.

4. Referências

ABC. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação, 2005.

BECK, U. **La invención de lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BRASIL, D. R. **Cooperação brasileira e a promoção de políticas de igualdade racial na SEPPIR**. 2007. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Relações Internacionais com Foco em Cooperação Internacional). Brasília, DF.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, Sept./Dec. 2005.

ALDRIN, C. Balance alimentaire nationale: bilan et structure. In: CONFERENCE HAITI, SEGURITÉ ALIMENTAIRE. **Actes de la conference-débats Haiti, securité alimentaire 2005**. Port-au-Prince: CNSA, 2005. p. 9. Disponível em: <http://www.cnsahaiti.org/Actes%20conference-debat_2005.pdf> Acesso em: abr. 2010.

FAO. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2005**. Roma, 2005.

FAO. **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cúpula mundial da alimentação**. Roma, 1996.

IDRC. **Agricultura urbana en América Latina y el Caribe**. Lima, 2004

MOUGEOT, L. J. A. **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. London: Earthscan, 2005.

ONU. **Declaração do Milênio**. Nova York, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

USAID. **Environmental vulnerability in Haiti: findings & recommendations**. Disponível em: <http://www.wilsoncenter.org/events/docs/Haiti_Final.pdf>. Acesso em: abr. 2010.